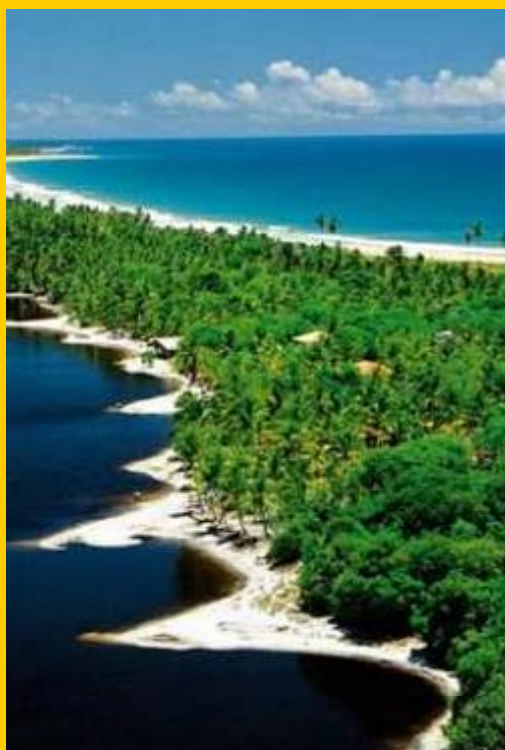


Destinos Indutores da Bahia

Informações Básicas

Maraú



Secretaria de Turismo
Bahiatursa

Sumário

- Dados Gerais do Município
- Informações da Infraestrutura Turística
- Programa de Regionalização do Turismo
- Destinos Indutores de Desenvolvimento Regional
- Captação de Recursos no MTur
- Captação de Recursos de Outras Fontes
- Ações da Setur e da Bahiatursa em Maraú
- Ações do Governo da Bahia em Maraú
- Ações do Governo Federal em Maraú

Dados Gerais do Município

Município: Maraú

Área: 774.447 km²

População: 18.549 habitantes

Distância da capital: 180 km

Densidade demográfica: 24,5 hab\km²

Clima: quente e úmido

IDHM: 0,594

Municípios limítrofes: Camamu, Ibirapitanga, Ubaitaba e Itacaré

PIB: R\$ 42 973 mil

PIB per capita: R\$ 2.272,00

Praias: Praia de Algodões, Praia de Arandí, Barra Grande, Praia do Cassange, Praia da Mangueira, Praia de Piracanga, Praia da Saquáira, Praia dos Três Coqueiros, Praia de Taipús de Fora, Campinho

Informações da Infraestrutura Turística

A cidade, inicialmente chamada de Mayrahú, tem sua origem numa aldeia indígena denominada Mayra. Foi descoberta em 1705 pelos frades Capuchinhos italianos, que lhe deram o nome de São Sebastião de Mayrahú. Em 1717 foi elevada à freguesia e, em 1761, à vila e sede de conselho. Em 1938 tornou-se cidade.

Chamada pela mídia de "Polinésia Baiana", devido à sua rara beleza e transparência de suas águas, Maraú possui belíssimas praias distribuídas entre seus vários povoados, além de dezenas de ilhas, cachoeiras, manguezais e quilômetros de Mata Atlântica totalmente preservados.

Seus povoados costeiros mais conhecidos são: Barra Grande, Saquaíra, Taipús de Fora e Algodões.

Como chegar:

Por Rodovia - Via Itacaré

Você vai de carro para Itacaré, pega uma balsa e faz a travessia que leva, em média, 15 minutos; depois pega uma trilha de 6 km até o entroncamento com a BR-030, até a sede do município, e leva cerca de 30 minutos a partir do entroncamento, da sede até:

Praia de Algodões - 8 km

Praia de Saquaíra - 17 km

Praia do Cassange - 19 km

Praia de Taipús de Fora - 27 km

Vila de Barra Grande - 35 km

Por Rodovia - Via Ubaitaba

Você vai de carro para Ubaitaba. Chegando a Ubaitaba, você pega a Av. Vasco Neto, até a Praça 27 de Julho; contorna a Praça 27 de Julho e pega a Av. Presidente Vargas até o trecho de asfalto que liga Ubaitaba (sede) até o distrito de Faisqueira (município de Ubaitaba). Chegando no distrito de Faisqueira, você pega a BR-030, que é estrada de chão, até Maraú (sede), são 58 km.

Por Via Marítima

Saindo do norte do estado, por Salvador, pega-se a BA-001, atravessando os municípios de Nazaré, Valença, Taperoá, Ituberá, Nilo Peçanha e Igrapiúna até Camamu. De lá, chega-se a Maraú por barco de linha, com saída de hora em hora e cujo percurso tem duração de 1h30, ou lancha rápida, cuja travessia dura 30 minutos. Saindo do sul do estado, por Ilhéus, pega-se a BR-101 até a localidade de Travessão e a BA-001 até Camamu. De lá faz-se a travessia em barco de linha, com partidas de hora em hora e duração de 1h30, ou lancha rápida, com duração de 30 minutos.

Principais distâncias:

- São Paulo (SP): 1.775 km
- Rio de Janeiro (RJ): 1.449 km
- Belo Horizonte (MG): 1.153 km
- Brasília (DF): 1.180 km
- Salvador (BA): 180 km
- Porto Alegre (RS): 2.840 km
- Ilhéus: 100 km
- Itacaré: 38 km

Número de Uhs: 891

Número de leitos: 2.639

*Empregos gerados pelo turismo:

Diretos: 1.337

Indiretos: 6.014

Região: Costa do Dendê

Municípios: Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Maraú, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Valença.

* Números calculados com base na metodologia utilizada pela OMT que considera o número de quartos hoteleiros multiplicado por 1.5, para se obter a quantidade de empregos diretos. O resultado é então multiplicado por 4.5, para se obter o número de empregos indiretos.

Programa de Regionalização do Turismo

O Ministério do Turismo lançou, em abril de 2004, o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, com vistas a implementar no país uma nova perspectiva para o turismo brasileiro por meio da gestão descentralizada, estruturada pelos princípios da flexibilidade, articulação e mobilização.

Um dos objetivos do Programa de Regionalização é a desconcentração da oferta turística brasileira, localizada predominantemente no litoral, propiciando a interiorização da atividade e a inclusão de novos destinos nos roteiros comercializados no mercado interno e externo. O programa tem por base o Mapa da Regionalização, composto por 219 regiões turísticas, que contemplam 3.819 municípios.

As regiões turísticas são consideradas estratégicas na organização do turismo para fins de planejamento e gestão. A oferta turística regional adquire maior significância e identidade pela qualidade e pela originalidade capaz de agregar valor ao produto turístico.

O programa propõe a estruturação, o ordenamento e a diversificação da oferta turística e se constitui no referencial da base territorial do Plano Nacional de Turismo, priorizando 65 destinos turísticos do país. A Bahia possui cinco destinos indutores: Salvador, Porto Seguro, Lençóis, Mata de São João e Maraú. Apesar de não ser ainda considerado indutor, o município de Itacaré também vem merecendo atenção especial do Ministério (ver capítulo referente a Destinos Indutores de Desenvolvimento Regional).

Para estabelecer os principais destinos turísticos do país, o Ministério do Turismo introduziu os conceitos de Destinos Indutores de Desenvolvimento Regional, Destino Turístico Estruturado no Padrão de Qualidade Internacional e de Região Turística Organizada Institucionalmente.

Uma importante condição para a estruturação dos destinos turísticos do país em padrão de qualidade internacional refere-se aos investimentos em infraestrutura turística. Outra condição diz respeito às ações de qualificação e certificação profissional, bem como de certificação de empreendimentos turísticos, que são também fundamentais para a estruturação dos destinos turísticos em padrão de qualidade internacional.

O Programa de Regionalização do Ministério do Turismo é considerado um macroprograma e está dividido em quatro grandes programas estruturantes, a saber:

1. Programa de Planejamento e Gestão da Regionalização

Integra um conjunto de projetos e ações relacionado ao planejamento das regiões turísticas nas 27 unidades federativas. Contempla desde atividades de articulação, sensibilização e mobilização até a elaboração e a implementação dos planos estratégicos das regiões turísticas. Tem efetiva atuação por meio da institucionalização de instâncias de governança regional, na formação de redes, na monitoria e na avaliação do processo de regionalização em âmbitos municipal, estadual e nacional.

Principais Ações

- Inventário da Oferta Turística
- Planejamento e Gestão Regional do Turismo
- Estruturação e Gestão dos 65 Destinos Indutores
- Gestão das instâncias de Governança Regionais

a) Inventário da Oferta Turística

O Inventário da Oferta Turística pode ser entendido como o resultado do levantamento, da identificação e do registro dos atrativos, dos serviços e dos equipamentos turísticos e da infraestrutura de apoio ao segmento. Tem a finalidade de servir como instrumento solidificador das informações para fins de planejamento e gestão da atividade turística.

Por esse motivo, foi desenvolvido o Sistema de Inventariação da Oferta Turística (Invtur), que visa ao armazenamento e à organização dessas informações, constituindo um banco de dados de abrangência nacional.

Para que as informações sejam de total confiabilidade e possam alcançar os objetivos propostos, uma metodologia única e oficial foi adotada em todas as unidades da Federação para levantar informações, por meio dos cursos de capacitação para a inventariação da oferta turística, que incluem no programa um treinamento para o uso do Invtur, em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR).

b) Planejamento e Gestão Regional do Turismo

Esta ação tem vistas à necessidade de realizar ações de capacitação aos atores regionais para atuarem, de forma efetiva, na coordenação do Programa de Regionalização, em âmbito regional. Tem por objetivos:

- Fortalecer a gestão do Programa de Regionalização do Turismo nas regiões turísticas brasileiras;
- Institucionalizar, fortalecer ou adequar as instâncias de governança regionais;
- Identificar a estrutura organizacional e as necessidades de capacitação de cada instância de governança regional;
- Identificar e analisar qualitativamente os Planos Estratégicos de Desenvolvimento do Turismo Regional que estejam elaborados nas regiões turísticas.

Espera como resultados

- Fortalecer a gestão do Programa de Regionalização do Turismo nas regiões turísticas brasileiras;
- Institucionalizar, fortalecer ou adequar as Instâncias de Governança Regionais;
- Identificar a estrutura organizacional e as necessidades de capacitação de cada instância de governança regional;
- Identificar e analisar qualitativamente os Planos Estratégicos de Desenvolvimento do Turismo Regional que estejam elaborados nas regiões turísticas.

c) Estruturação e Gestão dos 65 Destinos Indutores

O objetivo deste programa é estruturar os 65 destinos indutores com padrão de qualidade internacional, tendo como público-alvo 650 gestores de turismo identificados nos Seminários de Competitividade, realizados pelo MTur e a Fundação Getúlio Vargas nos 65 destinos indutores do turismo. O programa possui três projetos:

- Projeto Destinos Indutores do Desenvolvimento Regional – Tem o objetivo de definir parâmetros, avaliar o estágio de desenvolvimento e elaborar plano de ação para que os 65 destinos indutores alcancem competitividade de nível internacional.
- Projeto Gestão dos 65 Destinos Indutores – O foco estratégico deste projeto consiste em instituir um sistema de gestão nos planos de ação dos 65 destinos indutores, capacitando os atores locais para o fortalecimento da governança local e a ampliação do conhecimento sobre planejamento estratégico.
- Projeto Competitividade – Trata-se de um estudo realizado pelo MTur, FGV e o Sebrae, denominado de Relatório Brasil, sobre a competitividade dos 65 destinos indutores do desenvolvimento do turismo regional. Para isso, a FGV fez um mapeamento minucioso das condições dos 65 destinos indutores em 13 dimensões: infraestrutura geral, acesso, equipamentos e serviços turísticos, atrativos turísticos, marketing, cooperação regional, monitoramento, economia local, aspectos sociais, culturais e ambientais. O objetivo deste diagnóstico é gerar perspectivas de níveis de competitividade que cada destino possa gradualmente elevar a oferta de serviço turístico.

d) Gestão das Instâncias de Governança Regionais

A implementação do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil demandou a execução do projeto Planejamento e Gestão do Turismo Regional, com o objetivo de fortalecer a gestão do programa nas regiões turísticas brasileiras a partir da institucionalização e/ou do fortalecimento das instâncias de governança regional.

O processo de identificação da estrutura organizacional e das necessidades de capacitação de 53 instâncias de governança, a análise qualitativa de sete planos estratégicos de desenvolvimento do Turismo Regional, resultado do Projeto de Planejamento e Gestão do Turismo Regional, permitiram a análise, caso a caso, dessas regiões turísticas no âmbito da governança regional e a produção de um diagnóstico que retrata a situação da governança do turismo nas diferentes regiões.

2. Programa de Estruturação dos Segmentos Turísticos

Este programa é norteado por duas linhas estratégicas: a segmentação da oferta e da demanda do turismo e a estruturação de roteiros turísticos. A segmentação da oferta e da demanda constitui uma forma de organizar o Turismo. É uma estratégia para a estruturação de produtos e consolidação de roteiros e destinos, a partir dos elementos de identidade de cada região, em função da demanda.

Tais elementos caracterizam os principais segmentos da oferta turística trabalhados pelo programa:

Turismo Cultural; Turismo Rural; Ecoturismo; Turismo de Aventura; Turismo de Esportes; Turismo Náutico; Turismo de Saúde; Turismo de Pesca; Turismo de Estudos e Intercâmbio; Turismo de Negócios e Eventos; Turismo de Sol e Praia e Turismo Social.

Principais Ações

- Economia da experiência
- Rede Cooperação Técnica para a Roteirização Turística
- Banco Brasileiro de Eventos
- Vivências Brasil

a) Economia da Experiência

Tem o objetivo de trabalhar uma nova abordagem relacionada à gestão e ao desenvolvimento do turismo, com foco no mercado intermediário. Uma tendência resultante do conjunto de transformações sociais que enunciam novos valores de mercado, caracterizando a chamada “experiência turística”. A proposta não se relaciona, simplesmente, ao ato de entreter turistas, mas de engajá-los no processo.

b) Rede de Cooperação Técnica para Roteirização Turística

O projeto tem o objetivo de criar novos produtos turísticos com qualidade e ampliar e diversificar os já existentes, proporcionando a inserção desses produtos nos mercados nacional e internacional.

c) Banco Brasileiro de Eventos

O Banco Brasileiro de Eventos proporciona à cadeia produtiva do turismo brasileiro informações estratégicas que possibilitam o planejamento anual das ações de captação de eventos e ordenação de novos destinos brasileiros.

d) Vivências Brasil

O projeto tem a finalidade de promover a qualificação dos empresários do setor de turismo, através de viagens, com a observação, assimilação das melhores práticas aplicadas em destinos brasileiros de referência.

3. Programa de Estruturação da Produção Associada ao Turismo

É qualquer produção artesanal, industrial ou agropecuária que detenha atributos naturais e/ou culturais de uma determinada região ou localidade, capaz de agregar valor a destinos turísticos. O Programa de Estruturação da Produção Associada ao Turismo busca identificar, fomentar e promover os produtos associados, incrementando o diferencial competitivo de destinos turísticos brasileiros.

Principais Ações

- Apoio à diversificação da oferta turística por meio dos produtos associados.
- Valorização e divulgação dos produtos associados ao turismo.
- Estruturação do Turismo em Áreas Priorizadas.

a) Apoio à diversificação da oferta turística por meio dos produtos associados

A ação tem por objetivo possibilitar a inserção da produção local como componente de atratividade e aumento do tempo de permanência e dos gastos do turista, trabalhando o mercado turístico e o uso do poder de compra dos empreendimentos turísticos.

Formas de apoio:

- Apoio a projetos de adequação de unidades produtivas e profissionais, qualificando-os para o turismo.
- Sensibilização de guias de turismo, agentes de viagem e operadores quanto à agregação de valor aos roteiros a partir da inclusão de produtos associados.
- Apoio à formatação de roteiros turísticos organizados com foco em produtos associados.
- Implantação de sinalização interpretativa de atrativos com foco na produção associada ao turismo.

Sensibilização de parceiros (Conselho Nacional de Turismo) quanto à (ao)

- Adequação de produtos (embalagens, rótulos etc.) ao turista.
- Estímulo à implantação de pontos de comercialização e de exposição de produtos associados ao turismo nos Centros Multiuso implantados pelo MTur ou em locais próximos aos postos de informação turística das cidades.
- Incentivo à melhoria da qualidade e da diversificação da oferta de produtos associados necessários para a cadeia produtiva do turismo.

b) Valorização e divulgação dos produtos associados ao turismo

A ação tem por objetivo exaltar os atributos de qualidade e de diferenciação dos produtos associados ao turismo, para despertar o interesse dos turistas em conhecê-los e consumi-los.

Formas de apoio:

- Fortalecimento da imagem do Brasil no exterior – como destino turístico – por meio da associação da imagem do turismo aos produtos de reconhecimento internacional.
- Apoio à produção de material de mídia, multimídia e impressos, para divulgação dos destinos turísticos a partir da produção associada.
- Apoio aos parceiros (Conselho Nacional de Turismo) na realização de eventos e feiras, para o fortalecimento do turismo de negócios e eventos com foco na disseminação de produtos associados ao turismo.

c) Estruturação do Turismo em Áreas Priorizadas

Trata-se de apoio do MTur à formulação e implementação de projetos em que o turismo é indutor do desenvolvimento local e da geração de emprego e renda. São priorizadas áreas de investimentos com impactos socioeconômicos e territórios de baixo índice de desenvolvimento humano.

4. Programa de Apoio ao Desenvolvimento Regional do Turismo (Prodetur)

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Regional do Turismo (Prodetur) tem o objetivo de assegurar o desenvolvimento turístico sustentável e integrado, proporcionar melhorias às condições de vida da população local, aumentar as receitas do setor e melhorar a capacidade de gestão da atividade em áreas de expansão e de potencial turístico. Integrante dos Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo, e financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), é aplicado por meio de ações como a elaboração de planos diretores e o fortalecimento da gestão municipal, capacitação profissional e empresarial, estudos de mercado turístico nacional e internacional e planos de gestão ambiental e de marketing, além de intervenções em infraestrutura de transporte, de saneamento ambiental e de conservação de patrimônio histórico, entre outras realizadas com recursos de financiamento internacional.

Principais Ações

- Ações do Prodetur
- Passaporte Verde – Férias Sustentáveis

a) Ações do Prodetur

O Prodetur Nacional é uma iniciativa do MTur em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que cria uma linha de crédito para atender à demanda por recursos internacionais de estados e municípios.

b) Passaporte Verde

A Campanha Passaporte Verde visa a estimular o turista a adotar um comportamento de consumo responsável, e assim dar a sua contribuição para a conservação da natureza e a valorização da cultura dos destinos visitados, tornando a viagem mais prazerosa e recompensadora tanto para o turista quanto para a comunidade visitada.

Orientações para a formação de Conselhos Municipais de Turismo

Com a criação do Ministério do Turismo em 2003, o Governo Federal reforçou a tese de que o desenvolvimento socioeconômico do Brasil passaria também pela ampliação e melhoria do conjunto de atividades turísticas. O país continental, com 8.500 quilômetros de costa litorânea, 80% de clima tropical, santuários ecológicos, serras, rios, cachoeiras, florestas e pantanais, além de cultura diversificada, apresenta enorme potencial de crescimento em segmentos variados do turismo.

Rapidamente foi apresentado à sociedade brasileira o Plano Nacional do Turismo, baseado em premissas tais como desconcentração de renda via regionalização, inovação nas relações dos arranjos produtivos locais, exigência de planejamento, análise e pesquisas, parceria e gestão descentralizada e aplicação do turismo como fator de construção da cidadania e da integração social. A consecução das premissas exigiria mudanças no modelo de desenvolvimento do turismo, para atender às necessidades advindas da globalização: mercados mundializados e competitivos, acesso às novas tecnologias; ao mesmo tempo, exigiria novas propostas de mobilização e motivação dos atores sociais, para que se sentissem partícipes da busca do desenvolvimento sustentável em suas localidades.

O debate sobre os temas culminou com a necessidade de se construir um planejamento participativo do turismo, levando-se em conta programas e ações das três esferas de governo, com suas peculiaridades e especificidades, ancoradas por uma instância de governança de âmbito estadual, o Fórum Estadual de Turismo.

A gestão regionalizada passa a ter prioridade, mas sua força só ocorrerá através da consolidação das estruturas de coordenação – nos três níveis de governo – e da montagem de ações e atividades que possam atender aos aspectos particularizados de cada local, tais como inventário dos atrativos, definição e estruturação dos roteiros, mobilização e organização; também se faz necessário definir parâmetros para acompanhamento e avaliação das ações e implantar um sistema que possa captar, organizar e disseminar informações. Para rematar o conjunto de propostas, é fundamental que se faça a análise minuciosa do mercado, a qualidade dos produtos e serviços, e até que ponto podem tornar-se mais competitivos, e os benefícios que possam ser percebidos pela comunidade.

O Programa de Regionalização do Turismo reflete essas ponderações. O entrosamento dos governos com a sociedade (organizações, empresários e população) é o caminho proposto para a consolidação de ações que venham trazer satisfação para o turista que movimenta a economia; conseqüentemente, as pessoas da comunidade se beneficiam, tornando-se, através da organização, do aumento da renda percebida e da melhoria da qualidade de vida, muito mais cidadãos.

A estrutura proposta através do referido programa divide-se em quatro níveis de coordenação: Nacional (Ministério do Turismo/Conselho Nacional do Turismo/Câmara Temática de Regionalização); Estadual (Órgão Estadual de Turismo – Setur/BA/Fórum Estadual de Turismo); Coordenação Regional (Instância de Governança Regional – municípios integrados); Coordenação Municipal (órgão municipal de turismo/colegiado local – conselho).

Se no início da implantação das novas políticas houve um maior empenho pela constituição dos fóruns estaduais e dos conselhos regionais, hoje o MTur aponta para o fortalecimento dessas instâncias e incentiva a formação dos conselhos municipais. Há uma frase destacada numa das cartilhas do Programa de Regionalização do Turismo que representa bem essa ambivalência “A formulação de políticas públicas para o desenvolvimento do turismo (...) insere-se, principalmente, nos pequenos e médios municípios, (...), onde viver e conviver são atividades integradas por meio do comércio, das prestações de serviços, das raízes culturais e de atividades econômicas formais e informais”. Ou seja, a vida se dá nas cidades. A regionalização se forma sob a égide de substantivos *abstratos*: intercâmbio, cooperação, articulação, complementaridade.

Lembrando que a nova Lei Geral do Turismo contempla as instâncias municipais de governança como partes do Sistema Nacional de Turismo, o Plano Nacional do Turismo também estabelece estratégias para a permanência do modelo de gestão regionalizado, entre as quais a formação e consolidação de uma estrutura de coordenação municipal. A base conceitual das diretrizes políticas do Programa de Regionalização do Turismo afirma que “regionalizar é transformar a ação centrada na unidade municipal em uma política pública mobilizadora, capaz de provocar mudanças, sistematizar o planejamento e coordenar o processo de desenvolvimento local e regional, estadual e nacional, de forma articulada e compartilhada”. Também reforça a necessidade de se compreender o programa através da “(...) noção de território como espaço e lugar de interação do homem com o ambiente, dando origem a diversas formas de se organizar e se relacionar com a natureza, com a cultura e com os recursos de que dispõe”.

Diversas ações necessárias para a consecução dos objetivos do programa devem permanecer sob a orientação municipal. Devem ser implantadas de forma uníssona, porém, participativa e descentralizada; serão previsíveis e organizadas, e, ao mesmo tempo, flexíveis. O governo local, representado pela principal unidade de turismo (secretaria, diretoria, departamento), deverá atuar permanentemente apoiado em instância seja representativa dos segmentos sociais, econômicos e políticos da comunidade – o Conselho Municipal de Turismo (Comtur).

As principais obrigações do município, através do Comtur, são as seguintes:

- Mobilização dos segmentos organizados para o debate e indicação de propostas locais para a região.
- Integração dos diversos setores sociais, políticos e econômicos em torno da proposta de regionalização.
- Participação, de forma ativa, no debate e formulação de estratégias locais para a consolidação da região.
- Planejamento e execução das ações locais de modo integrado às regionais.
- Avaliação das etapas de execução.

A seguir, textos e indicações de sites para consulta.

Ministério do Turismo: www.turismo.gov.br

- o Plano Nacional do Turismo
- o Lei Geral do Turismo
- o Programa de Regionalização do Turismo
 - § Ação municipal para a regionalização do turismo
 - § Institucionalização da instância de governança regional
 - § Diretrizes operacionais

Sites de municípios com Comtur instalados:

- o Ilhéus – www.ilheusdabahia.tur.br
- o Bonito – www.bonito-ms.com.br
- o Parati – www.paraty.com/index
- o Fortaleza – www.fortaleza.ce.gov.br

Outros sites:

- o www.org.br – Turismo Responsável – Manual para políticas locais
- o www.ufscar.br – A participação societal nos Comtur
- o www.universia.com.br – Programa Nacional de Municipalização

Destinos Indutores de Desenvolvimento Regional

O que é um município indutor?

Município Indutor é aquele com maior e melhor infraestrutura e com um conjunto de atrativos qualificados, identificados através de pesquisa da consultoria internacional Chias Marketing para o Ministério do Turismo (MTur). Esses municípios recebem do Ministério do Turismo orientação e capacitação para desenvolver e elaborar um plano de ação, a fim de alcançar um nível de competitividade internacional. É o município responsável, na zona turística, por induzir o desenvolvimento regional. Na Bahia, são cinco os Municípios Indutores: Salvador, Mata de São João, Maraú, Lençóis e Porto Seguro.

Quais as vantagens de ser um município indutor de turismo?

Os municípios indutores estão recebendo atenção especial do MTur, tanto na orientação e planejamento, quanto na disponibilização de recursos para realização de projetos de melhoria da infraestrutura local de suporte ao turismo. Além disso, contam com destaque na promoção dos destinos turísticos nacionais e internacionais e, de acordo com suas características, passam a exercer liderança regional na atração de fluxos turísticos. Outra vantagem refere-se ao aumento da capacidade de atração de investimentos privados, pois o município indutor é colocado em evidência, recebe investimentos públicos e promoção, e isso desperta o interesse da iniciativa privada.

O que é um município âncora?

É o município referência na região, que dispõe de maior e melhor infraestrutura, além de dar suporte para os demais municípios da região. Este conceito foi dado pelo Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) do Prodetur.

Quais são os municípios âncoras da Bahia?

Salvador, Porto Seguro, Prado, Valença, Mata de São João, Ilhéus, Itacaré, Lençóis, Cachoeira, Juazeiro, Paulo Afonso, Barreiras e Feira de Santana.

O que é Instância de Governança?

É uma organização com a participação do poder público e dos atores privados dos municípios componentes das regiões turísticas, com o papel de coordenar o Programa de Regionalização do Turismo em diversos âmbitos: municipal, regional, estadual e federal. Pode ser um fórum, conselho, câmara, etc. Essa organização é responsável pelo planejamento e execução do processo de desenvolvimento do turismo, bem como pela tomada de decisões políticas, econômicas e sociais.

Quais os municípios baianos que têm secretarias de turismo, conselhos ou outras instâncias de governança?

Alcobaça, Andaraí, Andorinha, Barra do Mendes, Barra, Barreiras, Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas, Cairu, Camaçari, Camamu, Canavieiras, Caravelas, Central, Cipó, Conde, Correntina, Cravolândia, Entre Rios, Euclides da Cunha, Feira de Santana, Gentio do Ouro, Ibicoara, Ibotirama, Igrapiúna, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itaetê, Itaparica, Ituberá, Jacobina, Jussiape, Juazeiro, Laje, Lauro de Freitas, Lençóis, Luis Eduardo Magalhães, Mata de São João, Maraú, Miguel Calmon, Monte Santo, Morro do Chapéu, Mucugê, Nazaré, Nilo Peçanha, Nova Viçosa, Ourolândia, Palmeiras, Paramirim, Paulo Afonso, Piatã, Piritiba, Porto Seguro, Prado, Salvador, Santo Amaro, Santa Brígida, Santa Cruz Cabralia, Santo Antônio de Jesus, Santa Rita de Cássia, São Desidério, São Francisco do Conde, Saubara, Saúde, Seabra, Senhor do Bonfim, Serrinha, Taperoá, Tucano, Una, Uruçuca, Valença, Vera Cruz.

Quantas e quais são as Instâncias de Governança do Estado?

- Fórum Estadual de Turismo;
- Conselho do Polo do Litoral Sul (Costa do Cacau e Costa do Dendê);
- Conselho do Polo da Chapada Diamantina;
- Conselho do Polo Costa do Descobrimento (Costa do Descobrimento e Baleias);
- Conselho do Polo Salvador e Entorno (Costa dos Coqueiros e Baía de Todos-os-Santos);
- Câmara de Turismo do Vale do São Francisco;
- Câmara de Turismo da Costa do Dendê;
- Câmara de Turismo da Costa do Cacau;
- Câmara de Turismo da Costa do Descobrimento;
- Câmara de Turismo da Costa das Baleias;
- Conselho Regional de Turismo Caminhos do Oeste;
- Conselho Regional de Turismo Caminhos do Sertão;
- Conselho Regional de Turismo Caminhos do Jiquiriçá;

Quais estão organizadas/mobilizadas/não organizadas?

Organizados e mobilizados

- Conselho do Polo do Litoral Sul (Costa do Cacau e Costa do Dendê);
- Conselho do Polo da Chapada Diamantina;
- Conselho do Polo da Costa do Descobrimento (Costa do Descobrimento e Baleias);
- Conselho do Polo de Salvador e Entorno (Costa dos Coqueiros e Baía de Todos-os-Santos);
- Câmara de Turismo do Vale do São Francisco;
- Câmara de Turismo da Costa do Dendê;
- Câmara de Turismo da Costa do Cacau;
- Câmara de Turismo da Costa do Descobrimento;
- Câmara de Turismo da Costa das Baleias;
- Conselho Regional de Turismo Caminhos do Oeste;
- Conselho Regional de Turismo Caminhos do Sertão;
- Conselho Regional de Turismo Caminhos do Jiquiriçá;

Não mobilizados

- Circuito Chapada Norte e do Ouro;

Não mobilizados/não organizados

- Conselho dos Lagos e Canyons do São Francisco.

Captação de Recursos

Como um município pode conseguir recursos do Ministério do Turismo?

Para conseguir recursos junto ao Ministério do Turismo, o primeiro passo da Prefeitura é conhecer os programas do Ministério do Turismo, abaixo elencados, e cujos conteúdos podem ser acessados através dos links indicados na tabela abaixo.

Os programas estão classificados de acordo com a origem dos recursos ou do instrumento jurídico ao qual guardam vinculação. Os programas que estão relacionados às emendas são aqueles que visam a atender projetos por meio de emendas parlamentares individuais e de bancada, devendo o interessado, obrigatoriamente, anexar à sua proposta o ofício do parlamentar ou do representante/coordenador da respectiva bancada.

Já os programas que serão apoiados com recursos de programação referem-se àqueles cujos projetos serão financiados com recursos do Ministério do Turismo.

Código do Programa	Nome do Programa
5400020080026	Fomento e promoção da produção associada ao turismo - Programação
5400020080025	Fomento ao desenvolvimento turístico local - Emendas
5400020080024	Fomento ao desenvolvimento turístico local - Programação
5400020080023	Qualificação de profissionais associados ao turismo – Emendas
5400020080022	Qualificação e/ou certificação do segmento de turismo - Programação
5400020080021	Infraestrutura turística - Emendas
5400020080020	Infraestrutura turística - Programação
5400020080019	Prodetur - Termo de cooperação
5400020080018	Prodetur - Convênios
5400020080017	Apoio à comercialização dos destinos, serviços e produtos turísticos brasileiros nos mercados nacional e internacional - Programação
5400020080016	Fomento ao desenvolvimento turístico local e/ou regional - Emendas
5400020080015	Fomento ao desenvolvimento turístico local e/ou regional - Programação
5400020080014	Divulgação e promoção do turismo e/ou sua produção associada - Emendas
5400020080013	Divulgação e promoção do turismo e/ou sua produção associada - Programação
5400020080012	Estudos e pesquisas do turismo brasileiro - Programação
5400020080008	Promoção e participação em eventos turísticos nacionais e internacionais - Emendas
5400020080007	Promoção e participação em eventos turísticos nacionais e internacionais - Programação
5400020080004	Enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes

Nova Sistemática de Convênios com o Governo Federal

Desde o dia 1º de setembro de 2008, o MTur inaugurou uma nova sistemática de convênio, com a obrigatoriedade de utilização do Portal de Convênios para a celebração, a liberação de recursos, o acompanhamento da execução e a prestação de contas dos convênios firmados com recursos repassados voluntariamente pela União.

Todo o processo de credenciamento e cadastramento de propostas também deve ser feito neste ambiente virtual. A alteração vale para todos os usuários do novo sistema: órgãos federais com programas passíveis de convênios e contratos de repasse, bem como órgãos estaduais e municipais e entidades privadas sem fins lucrativos que firmarem esses convênios e contratos com a União.

Para saber mais acesse: www.convenios.gov.br

Antes de encaminhar uma proposta é necessário que a instituição se credencie no Portal de Convênios, para obtenção de login e senha no sistema. Para saber como se credenciar, acesse o módulo de capacitação no endereço eletrônico: www.convenios.gov.br/portal/tutoriais/mod03/index.htm

Somente depois de receber a senha é que o proponente poderá inserir suas propostas no sistema. Esta é uma condição exigida para apresentação de pleito aos órgãos do Poder Executivo.

Caso a proposta seja apoiada, em parte, com recursos de emenda parlamentares e, em parte, com recursos de programação do MTur, ela deve ser vinculada a um programa que contenha a denominação emendas.

Vencida as etapas de credenciamento e inserção da proposta, as instituições – públicas ou privadas - devem providenciar seu cadastramento no Portal de Convênios, em uma unidade cadastradora do SICAF.

Para isso, as instituições devem procurar uma dessas unidades em seu respectivo estado. Para saber quais são as unidades cadastradoras do SICAF na Bahia, acesse o link www.convenios.gov.br/portal/tutoriais/mod03/index.htm

Captação de Recursos de outras fontes

Ministério da Cultura

Promoção Turística:

Projetos que busquem incentivar o turismo cultural de cidades históricas podem ser financiados pelo Programa Monumenta, do Ministério da Cultura. Além de recuperação física desse patrimônio, o Ministério da Cultura pode financiar a elaboração de informativos, cartilhas, vídeos, panfletos, boletins, pôsteres e outros canais de comunicação relacionados às atividades de promoção turística e cultural. Na Bahia, destacam-se três projetos na área do Turismo Cultural que têm como finalidade a investigação e a implementação de roteiros turísticos em antigos caminhos no interior do Estado, relacionados à ocupação do território e aos ciclos econômicos do período colonial. São eles:

- Pousadas Históricas
- Caminhos Antigos de Minas e Bahia;
- Projeto Estrada do Nascente: Trilhas e Caminhos de Vila Boa.

Ações da Secretaria de Turismo e Bahiatursa Marau

Ação	Programa	Situação	Investimento
Elaboração do Estudo S. Econômico/Aterro/Coleta Seletiva na Península de Marau	Prodetur	Concluído Conder	R\$ 49.012,63
Elaboração do PDLU/Aterro/Coleta Seletiva na Península de Marau	Prodetur	Em execução Conder	R\$ 297.000,00
Implantação da Sinalização Turística do Polo Litoral Sul	Prodetur	Em execução	R\$ 200.545,00
Rodovia Itacaré/Camamu	Prodetur	Em finalização	R\$ 34.506,33
Execução dos Planos de Gestão Municipal do Turismo	Prodetur	A iniciar	R\$ 1.200.000,00
Acompanhamento dos resultados das ações definidas pelo destino no estudo de competitividade e as propostas resultantes dos Seminários Técnicos de Competitividade	Setur-Bahiatursa	Em curso	-
Reuniões com instância de governança e grupo gestor para orientar e acompanhar os resultados	Setur-Bahiatursa	Em curso	-
Elaboração da agenda e programação em parceria com as instâncias regionais, o poder público e iniciativa privada para o acompanhamento dos consultores da FGV na segunda pesquisa de campo realizada nos cinco Destinos Indutores	Setur-Bahiatursa	24 a 28.08.09	-
Acompanhamento nas visitas do Programa Caravana Brasil, quando solicitado pelo o MTur	Setur-Bahiatursa	Em curso	-
Reuniões de preparação para capacitação das instâncias de governança e do grupo gestor dos respectivos destinos	Setur-Bahiatursa	Em curso	-
Orientação para formatação de novos roteiros	Setur-Bahiatursa	Em curso	-
Interlocução nos destinos para participação no Salão do Turismo	Setur-Bahiatursa	Em curso	-

Ação	Programa	Situação	Investimento
Avaliação e definição dos roteiros atendendo aos critérios do MTur para compor o catálogo do Salão do Turismo 2009	Setur-Bahiatursa	Em curso	-
Mobilização do poder público municipal "Destinos Indutores" para participar das reuniões	Setur-Bahiatursa	Em curso	-
Parceria nos projetos de turismo dos parceiros (Senac, Sebrae, IES) para capacitação, qualificação e programação dos destinos	Setur-Bahiatursa	Em curso	-
Visita técnica a novos produtos e atrativos com o objetivo de promover a inserção nos roteiros	Setur-Bahiatursa	Em curso	-

Ações promocionais da Secretaria de Turismo e Bahiatursa Marau

Ação	Tipo de apoio	Período	Valor
Apoio para o Carnaval	Contratação de banda	2009	R\$ 30.000,00

Ações do Governo da Bahia Maraú

Ação	Secretaria	Programa	Período	Número	Valor do Investimento
Poço	SEMA	Água para Todos	2008	01	R\$ 45.637,85
Construção de Unidades	SESAB	Saúde da Família	2008	02	-
Reforma de Unidades	SESAB	Saúde da Família	2008	03	-
Vacinação contra Febre Aftosa	SEAGRI	Bahia que Produz	2008	3.177 animais vacinados	-
Vistoria de Imóveis	SEAGRI	Reforma agrária / regularização fundiária	2007 / 2008	06 vistorias realizadas	-
Distribuição de Medicamentos	SESAB	Farmácia Básica	2007-2008	-	R\$ 42.965,58
Ligações de Luz	SEINFRA	Luz para Todos	2007-2008	245 famílias beneficiadas	R\$ 806.454,92
Recuperação de Trecho: BR-030 Ubaitaba - Faisqueira - Maraú - Campinho -	SEINFRA	Recuperação- Manutenção de Rodovias	2007-2008	Recuperação de 89 km da rodovia	R\$ 623.000,00
Atendimento SAC Móvel	SAEB	SAC Móvel	2007-2008	913 atendimentos	-
Distribuição de Sementes	SEAGRI	Semeando – Agricultura Familiar	2007-2008	Distribuição de sementes diversas para 1.315 famílias	-
Distribuição de Títulos de Terra	SEAGRI	Reforma Agrária /Regularização Fundiária	2007-2008	Distribuição de 12 títulos de terra	-
Alfabetização	SEC	TOPA	2007	Alfabetização de 588 pessoas	-
Matrículas	SEC	TOPA	2007	738 alunos matriculados	-

Sistema Integrado de Informações Turísticas da Bahia

www.bahia.com.br

www.setur.ba.gov.br

www.bahiatursa.ba.gov.br

Disque Bahia Turismo: 3103-3103

SATs e Postos de Informação



**Ministério
do Turismo**

